FNS pagou por inseticida que não recebeu

REGINA ELEUTÉRIO

A Fundação Nacional de Saúde pagou e atestou o recebimento de 292 mil quilos do larvicida Temefós granulado sem ter o material em seu estoque. A denúncia consta de relatório da Secretaria de Controle Interno do Ministério da Saúde (Ciset) referente à tomada de contas do exercício de 1992 na coordenação do Rio. A diferença — constatada em maio do ano passado — refere-se a parte de uma compra de 2,5 milhões de quilos do larvicida, no valor total de 39,15 bilhões de cruzeiros (cerca de US$ 4,6 milhões pelo câmbio do dia do contrato). Dividindo-se o valor total do contrato pela quantidade de larvicida adquirida, os 292.000 quilos equivalem a cerca de US$ 530 mil.

Segundo a Ciset, a firma Brasvit Comércio Importação e Exportação Ltda, vencedora da concorrência, deveria entregar todo o produto em seis lotes. No dia 13 de maio, cinco meses após o contrato, os auditores constataram que 292 mil quilos não tinham sido entregues, embora as notas fiscais evidenciassem o pagamento total com os devidos atestados de recebimento.

Em 28 de julho, a Ciset pediu explicações à FNS. A Divisão de Material (Dimat), em despacho datado de 15/10/93, informou que, em despacho anterior, já deixara implícito que o assunto diz respeito à Coordenação do Rio. O coordenador da FNS na época, Glauber Vianna, afirmou que em sua gestão jamais houve diferença no estoque e disse que pediria ao atual coordenador para investigar a denúncia.

O ministro da Saúde, Henrique Santillo, informou que, desde o início de julho, quando recebeu denúncias sobre irregularidades no Rio, a FNS-RJ está sofrendo uma auditoria do ministério, cujo relatório será enviado ao Tribunal de Contas da União e ao Ministério Público Federal.

O presidente da FNS, Álvaro Machado, informou que auditores da fundação também estão investigando o Rio. Segundo ele, as irregularidades começaram com a denúncia, em junho, de cobrança superfaturada para a reposição de peças dos carros da fundação.

Em relação à denúncia publicada ontem pelo **GLOBO**, sobre compra de 200.000 máscaras inadequadas para guardas sanitários, o auditor-chefe da FNS, Antônio Miguel de Oliveira, informou que o setor técnico deve concluir hoje um relatório sobre a compra. Ele disse que, ao contrário do que informou o deputado Francisco Silva ao ministro, a compra não exigia tomada de preços. Em relação às 47.000 pilhas de lanterna que enferrujavam no almoxarifado por falta de uso, disse que não foram compradas em 92, mas em 91. Ficaram, portanto, três anos sem serem distribuídas.

Marcelo Régua

Na gráfica da FNS, a maioria das máquinas fica parada porque o prédio só tem carga elétrica para uma máquina

A 8 de junho, denúncia de cobrança superfaturada

As denúncias contra a FNS começaram a 8 de junho, quando o GLOBO revelou a cobrança superfaturada para a reposição de peças em sua frota. O coordenador regional, Nedílson de Oliveira Lariú, e o administrador, Ronaldo Maia, foram afastados. Auditoria do Rio negou o superfaturamento, mas o presidente da FNS, Álvaro Machado, diz que essa e outras irregularidades foram confirmadas por Brasília.

No dia 1º de agosto, o jornal revelou que a Associação Santa Bernadete desviou R$ 2 milhões destinados ao pagamento de 3.949 agentes sanitários. Por determinação do presidente da FNS, a Polícia Federal e o Ministério Público vão investigar a Afesb.

No dia 2 de agosto, foi noticiada a compra de 200 mil máscaras hospitalares pela FNS que, em dois anos, só usou 601. Nesse ritmo, o estoque de máscaras — inadequadas para a proteção dos guardas sanitários — é suficiente para os próximos 331 anos. O presidente da FNS informou que dois médicos foram deslocados para o Rio para averiguarem a compra. O auditor-chefe da FNS, Miguel de Oliveira, disse que, ao contrário do que informara ao ministro da Saúde o deputado Francisco Silva, a compra não exigia tomada de preços.

Gráfica opera com 25% da capacidade

Desde dezembro do ano passado, quando foi transferida para um galpão em Del Castilho, a gráfica da FNS mantém a maioria de suas 14 máquinas paradas. O motivo é um só: a rede elétrica do galpão não suporta mais do que uma máquina em operação. Na mudança, para sair de um prédio cujo contrato de aluguel estava vencendo, não foi providenciado, junto à Light, o reforço de carga para que as máquinas possam operar.

Com isso, a gráfica — responsável, entre outras coisas, pela confecção de 8.000 boletins diários para os guardas sanitários do Estado — está operando com 25% de sua capacidade. A conseqüência é que memorandos internos e ofícios externos estão sendo fotocopiados, aumentando os gastos da fundação.

Ringue em Brasília, nocautes no Rio

Denunciada pela compra superfaturada de 23.500 bicicletas na gestão do ministro da Saúde Alceni Guerra, a Fundação Nacional de Saúde está novamente no centro de investigações que começam nos auditores internos e chegam ao Ministério da Saúde. Responsável pela importação de 90% das vacinas usadas em todo o país e encarregada de boa parte das outras compras, a coordenação regional no Rio motiva uma briga política cujos **rounds** são disputados em Brasília e os nocautes sentidos no Estado. O presidente da FNS, Álvaro Machado, acusa o deputado Francisco Silva (PP-RJ) de só ter denunciado irregularidades na fundação porque teve dois de seus indicados afastados da coordenação do Rio e não conseguiu indicar os sucessores. O deputado, do mesmo partido do ministro da Saúde, admite que indicou o ex-administrador da FNS-RJ Ronaldo Maia:

— O Ronaldo foi indicado por mim e ponho a mão no fogo pelo ex-coordenador, Nedilson Lariú, também afastado. Quando saíram, denunciei irregularidades de seus antecessores, cujo grupo está novamente no poder, mas esses não foram afastados.

No tiroteio de acusações, quem se considera mais atingido é o corpo técnico, formado por profissionais de carreira, com 20 anos de serviço público. Eles se queixam de que a indicação política é feita de tal forma que torna quase impossível o acesso às informações sobre irregularidades. Isso porque todo coordenador nomeia seu administrador e seu assessor jurídico. Irônicos, batem sempre na mesma tecla:

— Por que o cargo é tão cobiçado se o salário é de R$ 600?

O problema, explicam, é que os políticos querem ganhar muito no pouco tempo em que ficarão no cargo. Para os auditores, a ingerência política explica por que o Rio tem a coordenação com mais irregularidades.